

**RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE O COMPROMISSO
DAS EMPRESAS DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEL EM
RELAÇÃO ÀS NORMAS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL**

César **PANISSON**

PPEGC/UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
panisson.cesar@gmail.com

Pedro Donadio **COSTA**

Faculdade Estácio de Florianópolis
pedro.d.c@hotmail.com

Inara Antunes Vieira **WILLERDING**

PPEGC/UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
inara.antunes@gmail.com

Édis Mafra **LAPOLLI**

PPEGC/UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
edispanidion@gmail.com

Artigo recebido em 02/2018 – Aprovado em 09/2019

Resumo

Cada vez mais a sociedade discute formas de minimizar os impactos ambientais, cobrando resultados na interação das instituições com o meio ambiente. Para atender essa demanda, as empresas vêm buscando meios mais conscientes e sustentáveis de realizarem suas atividades sem prejudicarem o meio ambiente, ou compensando seus prejuízos ambientais. Os métodos utilizados para o presente estudo de abordagem qualitativa são de cunho exploratório, bibliográfico e documental. O objetivo do presente trabalho é verificar a evidenciação contábil e divulgação de informações ambientais das empresas brasileiras, de capital aberto, do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, segmento de Exploração, Refino e Distribuição ressaltando a importância da contabilidade na divulgação das ações empresariais que interagem com o meio ambiente, relacionando as informações divulgadas com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T15- Informações de Natureza Social e Ambiental.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Evidenciação Ambiental. Responsabilidade Ambiental.

<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea>

ABSTRACT

Increasingly, society discusses ways to minimize environmental impacts, resulting in the interaction of institutions with the environment. To meet this demand, companies have been seeking more conscious and sustainable means of carrying out their activities without harming the environment or compensating for their environmental damages. The methods used for the present qualitative study are exploratory, bibliographic and documentary. The objective of the present work is to verify the accounting disclosure and disclosure of environmental information of Brazilian companies, publicly traded in the Oil, Gas and Biofuels segment, Exploration, Refining and Distribution segment, emphasizing the importance of accounting in disclosing corporate actions that interact with the environment, relating the information disclosed with the Brazilian Accounting Standard NBC T15 - Information of a Social and Environmental Nature.

KEYWORDS:*Environmental Accounting. Environmental Evidence. Environmental responsibility*

INTRODUÇÃO

A contabilidade surgiu com as primeiras manifestações humanas tendo como objetivo principal controlar o patrimônio. Com o passar do tempo, e o desenvolvimento das relações sociais, a contabilidade se tornou indispensável para a prática de trocas comerciais, dessa forma, a Ciência Contábil vem, historicamente, se desenvolvendo e se adaptando as necessidades da sociedade (ZANLUCA, 2002).

Conforme Ribeiro e Martins (1993), com a Revolução Industrial e o começo da produção em larga escala no mundo, começaram a surgir as primeiras Indústrias e essas organizações, focadas apenas na acumulação de capital e crescimento organizacional, extraíam e produziam - gerando resíduos - sem nenhuma cautela em relação ao meio ambiente. Logo começou a ocorrer a exaustão de alguns recursos naturais, e alguns grandes desastres ambientais, fatos que despertaram na sociedade uma alteração no modo de pensar sobre o meio em que vivemos, não somente para preservar a continuidade empresarial de alguns ramos da economia, como também garantir a existência humana em gerações futuras (SILVA, ROSA e PFISHTER, 2012).

Em consequência disso, a sociedade começou a cobrar resultados das instituições, sendo elas públicas ou privadas. Para atender a essas demandas, o governo estipulou muitas mais rigorosas às instituições que provocassem algum dano ambiental e algumas empresas implantaram uma gestão ambiental com o objetivo de prevenir alguns desses danos. Como menciona Rosa e Lunkes (2005, apud TAVARES 1993, p. 2) a Gestão Ambiental “refere-se não a administração do meio ambiente, mas ao gerenciamento de todas as atividades humanas as quais tenham significativo impacto sobre o meio ambiente”.

Na década de 90 surge oficialmente um novo ramo da Ciência Contábil, a Contabilidade Ambiental, mais precisamente em 1998, com a publicação do Relatório Financeiro e Contábil sobre o Passivo e Custos Ambientais que fora elaborado a partir de 1992 pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas para Padrões Internacionais de Contabilidade e de Relatórios das Nações Unidas (Isar – United Nations Intergovernmental Working Group of Experts On International Standards of Accounting and Reporting) (BENJAMIN JR., 1999).

Segundo Pereira, Couto e Galvão (2009) a Contabilidade Ambiental torna-se uma facilitadora da gestão ambiental no uso e compartilhamento das informações, para otimização da eficiência do uso dos recursos naturais, a fim de reduzir o impacto de risco, assim como, os gastos na preservação ambiental. Kreamer (2011, p. 17) desataca:

A Contabilidade não pode ficar fechada à escrituração e mensurações quantitativas do patrimônio da empresa. Ela deve estar aberta à evolução tecnológica e às mudanças rápidas do mundo moderno, estar presente na luta pela preservação ambiental natural, criando modelos contábeis eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades da riqueza da empresa com eficácia e também satisfazer com eficácia as necessidades do meio ambiente natural.

Diante disso, este artigo tem como objetivo verificar o compromisso na evidenciação contábil e divulgação de informações ambientais das empresas nacionais, do setor de Petróleo, Gás e Biocombustível listadas na BMF&Bovespa, em conformidade com a NBC T 15. Para isso, o estudo busca relacionar a contabilidade com a temática de sustentabilidade, identificando vantagens competitivas e estratégicas da Gestão Ambiental e sua evidenciação por meio da contabilidade, demonstrando o esforço e preocupação das empresas da amostra na divulgação dos resultados ambientais e se compromisso com o tema.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Um importante conceito elaborado por Santos (2014 p. 85), afirma que “o termo responsabilidade significa ter consciência com relação aos atos que é praticada voluntariamente”, nesse sentido o autor estabelece “a responsabilidade ambiental é aplicável aos danos e aos riscos de danos ambientais quando decorrentes de atividades profissionais, desde que seja possível estabelecer uma relação de causalidade entre o dano e a atividade em questão”.

Neste conceito, o autor mostra a importância de relacionar a atividade empresarial com o meio ambiente, tornando a atividade econômica menos poluente, e extraindo o mínimo possível de recursos naturais, evitando assim a degradação dos recursos naturais.

Conforme o artigo 3º da lei 6.938 de 1981 da Política Nacional de Meio ambiente, entende-se por meio ambiente “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. O mesmo artigo considera degradação da qualidade ambiental, como qualquer “alteração adversa das características do meio ambiente” e poluição como a degradação devido a atividades diretamente ou indiretamente prejudiciais a saúde e bem estar da população, assim como que afetem condições sanitárias e estéticas do meio ambiente ou que lancem materiais ou energias em desacordo com as leis.

Segundo Rosa e Lunkes (2005) com o progresso das grandes indústrias e com o aperfeiçoamento dos modos de produção, aliado a evolução tecnológica e a consolidação do capitalismo, surgiram inúmeros benefícios a sociedade com produtos que facilitam a vida das pessoas, transportes eficientes, eletrodomésticos, ambientes climatizados, entre outras comodidades. Entretanto, da mesma forma como esses produtos facilitam a vida humana, a produção deles também causam danos irreversíveis no planeta, como a extração excessiva de recursos naturais e o descarte de resíduos prejudiciais ao meio ambiente. O grande desafio das organizações, atualmente, é de satisfazer as necessidades humanas sem agredir o meio ambiente, preservando-o para garantir a continuação das atividades humanas durante as próximas gerações (ROCHA e col. 2006).

Segundo Garcia e Oliveira (2009) a partir da década de 70, depois de grandes desastres naturais, a sociedade começou a enxergar o problema do meio ambiente, como um problema global, e não mais local. Em 1972, ocorreu a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, esta conferência se tornou um grande passo para a sociedade sobre conscientização ecológica.

No Brasil, em 1981, foi instituída a lei nº 6.938/81, a Política Nacional do Meio Ambiente “uma espécie de marco legal para todas as políticas públicas de meio ambiente a serem desenvolvidas pelos entes federativos”, explica Farias (2006).

Embora as exigências legais obriguem os empresários a terem responsabilidade com o meio ambiente ao exercer sua atividade econômica, sob pena de multas em caso de descumprimento, as instituições que investem em tecnologias menos poluentes e no aperfeiçoamento do uso de seus insumos, tem observado uma queda nos custos de produção, tornando a atividade econômica mais lucrativa, além de mais atraente para o consumidor, tendo em vista que a sociedade anseia pela diminuição dos problemas ambientais, e valoriza empresas preocupadas com as causas ambientais (SOUSA, 2006).

Segundo Amorim (2005), a evolução da proteção ambiental pode-se dividir em quatro estágios, relacionando-os a épocas distintas, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1- Evolução da Proteção Ambiental

PERÍODO	ESTÁGIO	ATITUDES
Anterior aos anos 70	RECONHECIMENTO	-Saneamento básico -Pouco conhecimento relativo a impactos ambientais e resíduos perigosos. -Existência limitada de requisitos e padrões ambientais
Anos 70	CONTROLE (Remediação)	-Controle da Poluição Industrial (água, ar, ruído). -Gestão reativa, filosofia de controle pontual (endof-pipe).
Anos 80	PLANEJAMENTO (Prevenção)	-Estudos de Impactos Ambientais -Gerenciamento de resíduos sólidos -Controle da poluição do solo -Minimização de resíduos
Anos 90 e posterior	SISTEMA DE CONCEITOS (Sustentabilidade)	-Atuação responsável -Gerenciamento Integrado (meio ambiente + segurança + saúde) -Auditoria Ambiental -Avaliação do Ciclo de Vida do Produto -Sistema de Gerenciamento Ambiental

Fonte: Adaptado de AMORIM (2005)

GESTÃO AMBIENTAL

A utilização de técnicas para garantir o uso racional dos recursos naturais e a preservação dos mesmos, planejando, desenvolvendo e executando projetos com este fim é chamada Gestão Ambiental, compreendendo um sistema de administração que visa à sustentabilidade, por meio de procedimentos de análise de poluição industrial do solo, água e ar, a coleta de dados sobre exploração dos recursos naturais, a

elaboração de estratégias que minimizam o impacto no meio ambiente e recuperação de áreas que já foram degradadas (GONÇALVES e col. 2013).

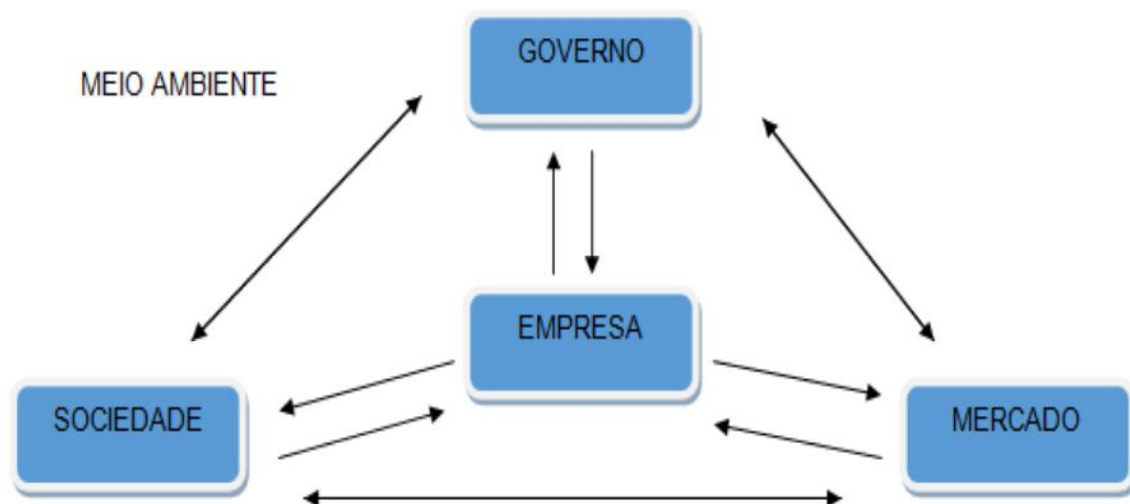
Conforme explica Quintas (2006, p. 30) a Gestão Ambiental é:

[...] o processo de mediação de interesses e conflitos, potenciais e explícitos, entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal.

Complementando o conceito, Gama (2009) divide a Gestão Ambiental de duas formas: Gestão Ambiental Pública e Privada. Embora as duas estejam estreitamente ligadas, a Gestão Ambiental Pública é fundamentada em leis e resoluções, sendo reguladora da atividade econômica, visando proteger e preservar o bem comum dos cidadãos e incentivando instituições econômicas a atender-se à temática ambiental. Enquanto que a Gestão Ambiental Privada (ou Empresarial) busca se adequar as leis criadas pelo Governo, como também a pressão imposta pela sociedade, às exigências de mercados estrangeiros, e também buscando novos nichos de mercado e vantagens competitivas, diminuindo seus custos e melhorando sua imagem no mercado.

Conforme BARBIERI (2008, p. 100) “as preocupações ambientais dos empresários são influenciadas por três grandes conjuntos de forças que se interagem reciprocamente: o governo, a sociedade e o mercado”. Segundo o autor, se não houvesse essa cobrança, não conseguiríamos enxergar o “crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental”, uma vez que a legislação ambiental vem frequentemente evoluindo devido à pressão da sociedade sobre o Governo. A Figura 1 demonstra as influências da Gestão Ambiental da empresa.

Figura 1 – Influências da Gestão Ambiental



Fonte: Adaptado de BARBIERI (2008 p. 99)

Tendo em vista a crescente pressão da sociedade pelo zelo na interação das empresas com o meio ambiente, e conseqüentemente a implementação da Gestão Ambiental e

implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas empresas e organizações, tornou-se necessário a padronização das normas de gerenciamento ambiental. A ISO (International Organization for Standardization) estabeleceu diretrizes para a área de gestão ambiental das empresas, desenvolvendo, em 1996, a ISO 14000, uma série de normas relacionadas ao tema.

Conforme Nascimento (2012 p.103) a série de normas ISO 14000:

[...] tem como objetivo a padronização dos sistemas de gestão ambiental. Em função do certificado ISO, as organizações certificadas, e seus produtos e serviços, passam a ser reconhecidos internacionalmente, distinguindo-se daquelas organizações que somente atendem à legislação ambiental.

Um SGA define-se “como o conjunto de procedimentos que irão ajudar a organização a planejar, organizar, controlar e diminuir os impactos ambientais de suas atividades, produtos e/ou serviços.” (NASCIMENTO 2012, p. 105). Nesse sentido, um SGA tem a função de identificar as vulnerabilidades e adotar medidas preventivas e de correção, sendo uma empresa privada, pública, ONG ou órgãos da administração pública. É por meio do SGA que “se obtém informações sobre a relação da empresa com o meio ambiente, para garantir sua responsabilidade em atender as exigências das leis ambientais e demonstrar seu compromisso com a questão ambiental.” (AULER 2002, p. 24).

CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade Ambiental é um ramo da Ciência Contábil considerado recente, conforme afirmação de Tinoco e Kraemer (2004) o marco inicial da Contabilidade Ambiental foi em 1998, quando o Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR), apresentou recomendações relacionadas à evidenciação de fatos ambientais, por meio do Relatório Financeiro e Contábil sobre Passivos e Custos Ambientais.

De acordo com Rosa e Lunkes (2005) o mundo vem mudando muito e a contabilidade sempre acompanhou estas mudanças para continuar auxiliando no controle patrimonial e na tomada de decisões. Laurindo (2011 p.108) destaca:

A Contabilidade Ambiental não é outra contabilidade; assim, todos os eventos econômicos ou fatos contábeis relativos a ações realizadas pela Entidade que, por consequência, causem impacto ao meio ambiente, devem ser reconhecidos e registrados pelo sistema contábil. Portanto, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício e demais informes, as Notas Explicativas e, quando houver, o Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado são as peças contábeis adequadas para evidenciar como essa questão está sendo tratada pela organização.

Dessa forma, é possível afirmar que a evolução e o desenvolvimento da produção desencadearam novas necessidades às organizações, e a Ciência Contábil vem se atualizando a essas necessidades sendo um instrumento imprescindível para a tomada de decisões. Para Laurindo (2011) a Contabilidade Ambiental tem como objetivo trazer

o sistema de informações utilizado na Ciência Contábil, evidenciando e mensurando os registros relacionados aos impactos ambientais causados ou influenciados pela organização, além de demonstrar a atitude da instituição em relação ao meio ambiente aos diversos usuários. Complementando, Auler (2002) explica que a Contabilidade Ambiental pode utilizar a mesma metodologia da Contabilidade tradicional, adicionando a expressão “ambiental” às contas tradicionais. Assim, podemos classificar o grupo de contas da Contabilidade ambiental em: Contas Patrimoniais, compostas por Ativo Ambiental e Passivo Ambiental, e Contas de Resultado: Receitas Ambientais e Despesas e Custos Ambientais.

CONTABILIZAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T 15 que rege as Informações de Natureza Social e Ambiental, que está em vigor desde 2006, aprovado pela resolução CFC nº 1.003/04, de agosto de 2004, determinando procedimentos para a evidenciação de informações social e ambiental, a informação deverá ser demonstrada como informação complementar às demonstrações contábeis, e apresentada com informações do exercício atual e do exercício anterior, para efeito de comparação.

Para informações de relação entre a entidade e o meio ambiente, deverão ser evidenciadas informações de:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
 - b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
 - c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
 - d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
 - e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
 - f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
 - g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
 - h) passivos e contingências ambientais.
- (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.003/04 – NBC T15 2004, p.5).

Ativos Ambientais

De acordo com Kraemer (2001, p. 81), os ativos ambientais devem ser demonstrados à parte do Balanço Patrimonial, com informação a respeito de “todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental”. Como exemplos de ativos ambientais podemos citar:

- Disponibilidades: valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental;
- Estoques: materiais utilizados na recuperação de ambientes já degradados e insumos armazenados que são utilizados no processo produtivo visando eliminar reduzir e controlar a emissão de resíduos poluentes.
- Imobilizado: investimentos em aquisições de bens –como equipamentos, instalações e máquinas- que reduzem a emissão de poluentes na produção ou serviço, e que durem além do termino do exercício social.
- Diferidos: investimentos em pesquisas e em desenvolvimento de tecnologias em longo prazo que possam ser relacionados a futuras receitas.
- Provisão para desvalorização: ativos tangíveis ou intangíveis que estão sujeitos a alterações de valor econômico devido à ação ambiental. Exemplo: terrenos e estoques com vida útil acelerada ou redução direta no seu valor econômico em função de mudanças no meio ambiente.
- Ativo Ambiental Intangível: Bens ou direitos de difícil mensuração. Como por exemplo, a valorização da imagem e marca da instituição ao certificar-se no ISO 14001.

Passivos Ambientais

Conforme Santos e col. (2001) Passivo Ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental.

Segundo conceito de Martins & De Luca (1994, p. 27) passivos ambientais são “benefícios econômicos que serão sacrificados em função de obrigação contraída perante terceiros para preservação e proteção do meio ambiente”. Os passivos ambientais tem origem em gastos relacionados ao meio ambiente, podendo ainda ser identificados pela existência de riscos de gastos virem a se efetivar, despesas de períodos anteriores ou atuais e bens permanentes, complementa Ribeiro e Martins (1993).

Os passivos ambientais surgem de obrigações relacionadas à preservação e conservação do meio ambiente.

Normalmente, o surgimento dos passivos ambientais dá-se pelo uso de uma área, lago, rio, mar e uma série de espaços que compõem nosso meio ambiente, inclusive o ar que respiramos, e de alguma forma estão sendo prejudicados, ou ainda pelo processo de geração de resíduos ou lixos industriais, de difícil eliminação (KRAEMER, 2003, p. 2).

São exemplos de passivos ambientais: multas, impostos e taxas a serem pagos em caso de não cumprimento da legislação, indenizações por prejuízos em razão de degradação ambiental, provisão de contingências e gastos com reparação de danos ambientais (CYRILLO 2004, p. 168).

Receitas Ambientais

Conforme explica Santos e col. (2001), o objetivo da implantação da Gestão Ambiental não é a obtenção de receita para a organização, e sim desenvolver a atividade econômica com sustentabilidade, mas embora não seja o objetivo, o autor cita alguns exemplos de receitas ambientais:

- A realização de serviços especializados em gerenciamento ambiental;
- Receita com a venda de produtos que são elaborados com os resíduos do processo produtivo;
- Participação do faturamento de empresas que tem atuação responsável com o meio ambiente.

Custos e Despesas Ambientais

De acordo com Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Interação da Entidade com o Meio Ambiente promovida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) por meio de audiência pública, encerrada em 2013 - conceitua custo ambiental como sendo “o consumo de recurso pela entidade relacionado ao processo produtivo que tenha por objetivo monitorar, mitigar e prevenir danos ambientais causados pelas atividades operacionais ou outros consumos vinculados à produção.” (ITG 2004, 2013 p. 1). A mesma interpretação afirma que os custos ambientais devem ser associados a produção, estando diretamente ou indiretamente associados.

Custos Ambientais são a soma de todos os custos dos recursos que foram utilizados nas atividades desenvolvidas pela organização a fim de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente. Estes custos não são necessariamente ligados à elaboração do produto mas sim ao processo de preservação e controle do meio ambiente, assim como de recuperação das áreas degradadas. São exemplos de custos ambientais em atividades diretamente ligadas à preservação ambiental: insumos antipoluentes e depreciação de máquinas antipoluentes. “As atividades indiretas serão aquelas que existem para dar suporte à preservação ambiental como salário de supervisores, aluguel da área ocupada, recursos consumidos nas atividades de compras, de tesouraria etc.” (RIBEIRO 1998, p. 3).

Portando conforme a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 (2013, p.7), os custos ambientais são “os custos que a entidade incorre para preservar ou recuperar danos causados ao meio ambiente em decorrência do seu processo produtivo”. Podem ser relacionados ao tratamento dos dejetos para descarte de forma sustentável, à manutenção de áreas preservadas, à recuperação de áreas já degradadas e à reciclagem de materiais utilizados no processo de produção.

Conforme a mesma Interpretação Técnica Geral, podemos conceituar despesa ambiental, como sendo o gasto geral, não associado ao processo produtivo da entidade, relacionado ao meio ambiente. Como exemplos de despesas ambientais temos:

- a) implementar a política ambiental, como gasto com cartazes, cartilhas, folders e outros;

- b) implementar educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos, administradores e para a comunidade;
- c) dar cumprimento a compensações ambientais a serem realizadas pela entidade em decorrência de sua atividade;
- d) recuperar dano ambiental provocado por suas atividades quando não puderem ser associados ao processo produtivo;
- e) contratar auditoria ambiental por iniciativa da entidade ou requerida em decorrência de asseguarações ou por órgãos ambientais;
- f) contratar consultoria para elaboração de relatórios, estudos ou análises ambientais;
- g) coletar ou adquirir dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamentos e monitoramento dos impactos relacionados com o meio ambiente;
- h) arcar com as multas ou indenizações ambientais em decorrência de suas atividades estarem em desacordo com o disposto na legislação ambiental. (ITG 2004, 2013 p. 7 e 8)

METODOLOGIA

Segundo Gil (2008 p.08) “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Complementando o raciocínio, Silva e Menezes (2005, p. 25) afirmam que método científico “é a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa”.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e para sua condução foi utilizado o método bibliográfico e documental, uma vez que a referente pesquisa foi realizada em livros, artigos científicos e *website* além de conteúdos sem nenhum tratamento analítico como as normas da ISO 14000 e normas brasileiras de contabilidade, como a NBC T 15, além de outros materiais de legislação relacionado a área de Contabilidade e Gestão Ambiental.

O objetivo da pesquisa é de cunho exploratório, que segundo Gil (2008, p.27) “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, neste caso com o objetivo de verificar a evidenciação contábil e divulgação das informações ambientais pelas empresas nacionais listadas na BMF&BOVESPA em 2017, do setor de Petróleo Gás e Biocombustíveis, segmento de Exploração, Refino e Distribuição realizada nas Demonstrações de Resultado de Exercício, Balanço Patrimonial e suas Notas Explicativas, além de Relatórios de Administração e Sustentabilidade, todos referentes ao ano de 2016, incluindo também informações contidas nos *website* das empresas que formam a amostra.

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados da pesquisa tomou como referência a Norma Contábil NBC T 15 (Informações de Natureza Social e Ambiental) que estabelece diretrizes aos procedimentos de evidenciação da informação ambiental pelas empresas. Tais diretrizes foram usadas como referencial para a busca das informações junto às empresas que compõe a amostra, considerando que a norma explica quais informações deverão ser evidenciadas. A partir disso foram estabelecidas oito diretrizes de informações ambientais, relacionadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Diretrizes para evidenciação de informações ambientais, segundo NBC T 15.

A	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente.
B	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.
C	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.
D	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade.
E	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais.
F	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.
G	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.
H	Passivos e contingências ambientais.

Fonte: Elaborado pelos autores

A evidenciação dessas informações foram verificadas nas demonstrações contábeis publicadas pelas empresas como nas Demonstrações de Resultado de Exercício, Balanço Patrimonial e suas Notas Explicativas, além de Relatórios de Administração e Sustentabilidade, todos referentes ao ano de 2016, incluindo também informações contidas nos *website* das empresas que formam a amostra.

A amostra é composta por oito empresas nacionais do setor de Petróleo, Gás e Biocombustível no segmento de Exploração, Refino e Distribuição, todas as empresas são de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, a bolsa de valores do Brasil. A escolha por este setor e segmento se dá, tendo em vista que as atividades exercidas são potencialmente poluidoras e possuem o risco de provocarem grandes impactos ambientais. O Quadro 3 apresenta as empresas que compuseram a amostra da pesquisa.

Quadro 3 – Empresas Nacionais Listadas na BMF&Bovespa no Segmento de Exploração, Refino e Distribuição de Petróleo, Gás e Biocombustível.

RAZÃO SOCIAL	NOME DO PREGÃO
COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMERCIO.	COSAN
OGX PETROLEO E GAS S.A.	NOVA OLEO
ÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A.	OGX PETROLEO
PETRO RIO S.A.	PETRRIO
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	PETROBRAS
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.	QGEP PART
REFINARIA DE PETROLEOS MANGUINHOS S.A.	PET MANGUINH
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	ULTRAPAR

Fonte: Elaborado pelo Autor.

As empresas OGX Petróleo e Gás S.A. (NOVA OLEO) e Óleo e Gás Participações S.A. (OGX PETROLEO) estão em processo de recuperação judicial e são pertencentes do mesmo grupo empresarial. Considerando que a segunda é sucessora da primeira, a OGX Petróleo e Gás S.A. (NOVA OLEO) será excluída da amostra a ser analisada, observando somente os dados da Gás Participações S.A. (OGX PETROLEO).

RESULTADOS

Verificando as evidenciações contábeis das empresas é possível verificar o nível de comprometimento destas empresas com responsabilidade ambiental, a partir da divulgação de seus resultados ambientais em conformidade com os oito parâmetros relativos à interação com o meio ambiente estabelecidos na NBC T 15, informações de Natureza Social e Ambiental. O Quadro 4 apresenta os resultados da pesquisa levando em conta o cumprimento da evidenciação e divulgação das informações em conformidade com cada uma das diretrizes da norma, chegando a um total de diretrizes cumpridas pelas empresas pesquisadas.

Quadro 4 – Informações ambientais divulgadas em conformidade com os critérios da NBC T 15.

EMPRESAS	Informações relativas às diretrizes da NBC T 15								TOTAL
	A	B	C	D	E	F	G	H	
Cosan S.A. Indústria e Comércio.	ok	ok		ok		ok	ok	ok	6
Óleo e Gás Participações S.A.	ok	ok	ok		ok	ok			5
Petro Rio S.A.	ok	ok	ok	ok	ok			ok	6
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	8
Qgep Participações S.A.	ok	ok					ok		3
Refin de Petróleos Manguinhos S.A.	ok	ok							2
Ultra Participação S.A.	ok	ok	ok				ok	ok	5

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos dados revelou que 100% das empresas da amostra estão em conformidade com pelo menos uma das oito diretrizes da norma contábil. Todas as empresas revelaram informações nos seus relatórios, *websites*, demonstrações e notas explicativas em relação a investimentos e gastos com o gerenciamento ambiental dos processos operacionais e com preservação ou recuperação de ambientes. Essa informação traduz o interesse de todas as empresas da amostra em divulgar informações relativas aos assuntos abordados nas diretrizes A e B apresentadas pela norma. Em contrapartida, as informações menos evidenciadas pelas empresas são as de investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade, e com outros projetos ambientais (diretrizes D e E respectivamente).

Outra diretriz de menor evidência se refere às informações relativas à quantidade de processos judiciais e administrativos no campo ambiental. De certa forma, essa diretriz denota que algumas empresas não tiveram processos judiciais e administrativos no campo ambiental e por esse motivo não divulgaram em suas demonstrações contábeis. Entretanto, cabe ressaltar que essas informações podem ter sido evidenciadas na contabilidade mas omitidas e divulgadas de forma genérica, juntamente com outros passivos judiciais e administrativos, sem a especificidade ambiental com o objetivo de não impactar na imagem da corporação, o que não significa que a empresa não obteve processos judiciais e administrativos no campo ambiental, mas simplesmente não divulgou de forma específica. Observa-se que três das empresas da amostra (42,85%) evidenciam e divulgam estas informações de forma específica conforme a NBCT 15.

O mesmo acontece com a diretriz G que se refere ao valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente. Observa-se que apenas duas empresas divulgam informações de ambas as diretrizes conjuntamente, uma empresa divulga informações da Diretriz F e não divulga da Diretriz G e outras duas empresas divulgam informações somente da Diretriz F e não divulga na Diretriz F.

As demais diretrizes (C e H) foram evidenciadas e divulgadas por quatro empresas em cada uma delas. O Quadro 5 apresenta um ranking, elaborado de acordo com o número de informações ambientais divulgadas pelas empresas em suas demonstrações contábeis em conformidade com as instruções da norma brasileira de contabilidade, exibindo as posições das empresas da amostra.

Quadro 5 – Ranking das empresas com informações em conformidade com a NBC T 15.

POSIÇÃO	EMPRESA	Nº DE CONFORMIDADES COM A NBCT 15
1º	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	8
2º	Cosan S.A. Indústria e Comercio.	6
	Petro Rio S.A.	
3º	Óleo e Gás Participações S.A.	5
	Ultra Participação S.A.	
4º	Qgep Participações S.A.	3
5º	Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.	2

Fonte: Elaborado pelos autores.

A empresa Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) divulga 100% das informações referentes às diretrizes expostas na NBC T 15, estando em conformidade com todas as oito diretrizes do estudo. Divulgando seis das oito diretrizes, 75% das diretrizes segundo a NBCT 15 e ficando empatadas na segunda posição, estão as empresas Cosan S.A. Indústria e Comércio (COSAN) e Petro Rio S.A. (PETRORIO). A Oléo Gás e Participações S.A. (OGX PETROLEO) e a Ultra Participações S.A. (ULTRAPAR) divulgaram 62,5%, cinco das oito diretrizes em conformidade com a norma, ficando em terceiro lugar no ranking. A Qgep Participações S.A. (QGEP PART) e a Refinaria de Petróleo Manguinhos S.A. (PET MANGUINH) ficaram em quarto e quinto lugares, respectivamente, divulgando apenas três (37,%) e duas (25%) das oito diretrizes da NBC T 15.

CONCLUSÃO

O presente artigo relacionou a contabilidade com a sustentabilidade por meio da descrição bibliográfica das finalidade e ações das empresas em relação ao meio ambiente, e como elas evidenciam as informações dessa interação. Mostrando também que a divulgação dessas informações é uma tendência crescente, tendo em vista as vantagens como a melhoria da imagem da instituição ao realizar e divulgar as ações que considerem o meio ambiente e a sustentabilidade.

O maior obstáculo na elaboração da pesquisa foi a dificuldade em encontrar e interpretar os dados, devido a não padronização e não obrigatoriedade da divulgação das informações ambientais. Mesmo assim, a pesquisa revela que todas as empresas observadas na amostra seguiram alguma das oito diretrizes da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 - Informações Sociais e Ambientais, a norma ainda é pouco detalhada.

Mesmo que se tenha notado nas últimas décadas um desenvolvimento real da temática, observa-se que ainda há muito espaço para a evolução da Gestão Ambiental e mesmo da interação das empresas com o meio ambiente, tendo em vista que a amostra é composta por grandes empresas, que negociam suas ações no mercado e por isso dependem da sua imagem institucional, e mesmo assim não há total conformidade de toda a amostra com a NBC T 15.

Dentre as empresas da pesquisa, verificou-se que a PETROBRAS, empresa que ficou em primeiro lugar no ranking elaborado, foi a que mais demonstrou seu compromisso com o meio ambiente, estando em conformidade com todas as diretrizes apresentadas na NBC T 15.

Entre as diretrizes da norma, as que tratam sobre investimentos e gastos com melhorias operacionais para um melhor desempenho ambiental e com conservação e recuperação de ambientes foram consideradas as de maior adesão pelas empresas pesquisadas, visto que, foram as atitudes realizadas e divulgadas por todas as empresas da amostra.

As diretrizes menos divulgadas foram as que tratam sobre a quantidade de processos administrativos ou judiciais, considerando que este tem impacto direto na imagem corporativa. Entretanto as diretrizes que mostram os investimentos e gastos com

educação ambiental para a comunidade e com outros projetos ambientais também mostram pouco comprometimento com essas ações.

Conclui-se que, em geral as empresas da amostra tem interesse em demonstrar suas informações referentes à sustentabilidade e preocupação com o meio ambiente, e que a maioria das empresas está evidenciando e divulgando as informações em conformidade com mais da metade das diretrizes da NBC T 15, porém somente uma delas está totalmente de acordo com a norma. Conclui-se também que a maioria das informações ambientais são encontradas em Relatório de Sustentabilidade e Administração.

Cabe destacar que tais diretrizes da NBC T 15, evidenciam o comprometimento da empresa com o meio ambiente, com relação as suas operações, porém há um campo vasto de estudos para se evidenciar o impacto socioambiental dos modelos de negócios, visto que as empresas selecionadas possuem algo grau de impacto poluidor em seu produtos e derivados, fator que não foi abordado neste estudo.

Por fim, verifica-se que é necessário ainda percorrer um longo caminho na conscientização e responsabilidade ambiental, pois é somente com o entendimento e compromisso de todos os setores da sociedade, de que temos que zelar e preservar o meio ambiente garantiremos a continuidade das atividades empresarias e a sobrevivência de futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Eduardo Lucena C. de. Curso de Engenharia Ambiental. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, 2005. 58 f. Apostila Gestão Ambiental.

AULER, José Renato. IMPORTÂNCIA E APLICABILIDADE DA CONTABILIDADE AMBIENTAL EM EMPRESAS DO ESTADO: CASO: PW BRASIL EXPORT S.A. Colatina: Unesc, 2002. Disponível em: http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/8/renato_auler.pdf. Acesso em: 18 mar. 2017.

BARBIERI, Jose Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. Revista do BNDES, Rio de Janeiro: v.6, n.11, junho de 1999. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhe. Acesso em 11 abr. 2017.

BRASIL.- Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 11 Abr 2017.

CFC. ITG 2004 – Interação da Entidade Com o Meio Ambiente: Normas Brasileiras de Contabilidade. Brasília: CFC, 2013. Disponível em: <http://crcpb.org.br/noticias/itg-2004->. Acesso em: 18 Mai 2017.

_____.NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental: Resolução CFC nº 1.003/04, de 19 de agosto de 2004. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc. Acesso em: 11 Mai 2017.

CYRILLO, Rose Meire. O ARTIGO 3º DA LEI 10.650/2003 E A DECLARAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS. Fund. Esc. Super. Ministr. Público Dist. Fed., Brasília, v. 23, n. 12, p.161-172, dez. 2004

FARIAS, Talden Queiroz. Aspectos gerais da política nacional do meio ambiente – comentários sobre a Lei nº 6.938/81. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, IX, n. 35, dez 2006. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1544. Acesso em 02 abr. 2017.

GAMA, Márcio. Relação entre Gestão Ambiental Pública e Privada. 2009. Disponível em: <https://marcioambiental.wordpress.com/>. Acesso em: 06 abr. 2017.

GARCIA, Ronise Siqueira Mendes; OLIVEIRA, Daniele Lopes. CONTABILIDADE AMBIENTAL: HISTÓRIA E FUNÇÃO. Gestão e Tecnologia, Goiania, v. 1, n. 1, p.7-13, out. 2009. Disponível em: http://www.faculdadedelta.edu.br/revista/edicoes_ano1_ed1.php. Acesso em: 05 abr. 2017.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Passivo Ambiental. AMDA, 2003. Disponível em: <http://www.amda.org.br/assets/files/Passivo%20Ambiental.doc>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Contabilidade Ambiental como sistema de informações. Contab. Vista & Rev, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p.71-92, dez. 2001.

_____. Contabilidade Ambiental: Relatório para um Futuro Sustentável, Responsável e Transparente. Ambiente Brasil. Curitiba, p. 1-18. out. 2011. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/>. Acesso em 25 mar. 2017.

LAURINDO, Jamile da Silva. A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES. 2011. 17 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Faculdade de Ciência Econômicas da Região Carbonífera - Facierc, Criciúma, 2011.

MARTINS, Eliseu & DE LUCA, Márcia M. Mendes. Ecologia via Contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, ano 23, nº 86, março 1994.

NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Florianópolis: Ufsc, 2012. Disponível em: http://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2012/09/Livrotexto_Gestao_Ambient al_Sustentabilidade3.pdf. Acesso em: 08 abr. 2017.

PEREIRA, Claudia Viviane; COUTO, Jorge Gomes; GALVÃO, Henrique Martins. Balanço Ambiental: ferramenta de crescimento sustentável. Revista de Administração da Fatea, João Pessoa, v. 2, n. 2, p.47-60, dez. 2009. Disponível em: <http://www.publicacoes.fatea.br/>. Acesso em 7 abr. 2017.

QUINTAS, José Silva. Introdução à Gestão Ambiental Pública. 2. ed. Brasília: Ibama Mma, 2006. (Educação Ambiental).

RIBEIRO, Maisa de Souza. O custeio por atividades aplicado ao tratamento contábil dos gastos de natureza ambiental. Cad. estud., São Paulo, n. 19, p. 01-11, Dec. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511998000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 Mai 2017

RIBEIRO, Maisa de Souza; MARTINS, Eliseu. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização no desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Cad. estud., São Paulo, n. 9, p. 01-13, Oct. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511993000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 Mai. 2017.

ROCHA, Alexandre et al. CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA CONTÁBIL A SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, 9. 2006, São Paulo. Trabalho. São Paulo: Semead, 2006. p. 1 - 15. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/an_resumo.asp?cod_trabalho=47. Acesso em: 05 abr. 2017.

ROSA, Fabrícia Silva da; LUNKES, Rogério João. REVOLUÇÃO VERDE: A gestão ambiental auxiliando a transformar o fantasma da poluição ineficiente em vantagem competitiva. In: IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, 4. 2005, Florianópolis. Anais. Florianópolis: IX Congresso Internacional de Custos, 2005. p. 1 - 16.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. Rev. contab. finanç. São Paulo, v. 12, n. 27, p. 89-99, Dec. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772001000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 Mai 2017.

SANTOS, Márcia Oliveira. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES: A busca pelo diferencial competitivo. Revista de Iniciação Científica Cairu, Salvador, v. 7, p.82-101, maio 2014. Disponível em: <http://www.cairu.br/>. Acesso em: 05 abr. 2017.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2005. 139 p.

SILVA, E. A.; ROSA F.S; PFITSCHER, E.D A importância da Contabilidade no Processo de Gestão Ambiental de uma Empresa do Setor Moveleiro: Estudo de Caso Utilizando o SICOGEA. In: XVI SIMPEP, 2009, Bauru.

SOUSA, Ana Carolina Cardoso. RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A INCORPORAÇÃO DOS CONCEITOS À ESTRATÉGIA EMPRESARIAL. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências de Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/sousacc.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo:Atlas, 2004.

ZANLUCA, Júlio César. O QUE É CONTABILIDADE AMBIENTAL? Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>. Acesso em: 18 mar. 2017.